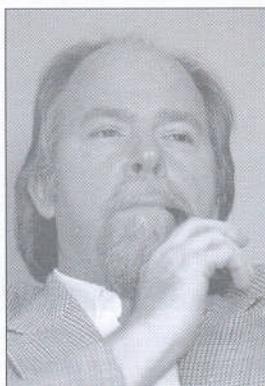
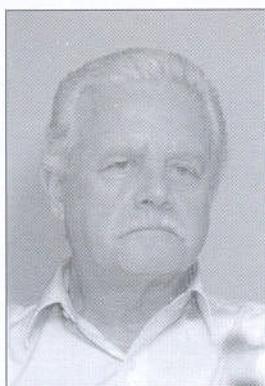


Sucessão entra na reta final



No dia 6 deste mês, os membros do Conselho Universitário e dos Conselhos Centrais indicam a lista tríplice com os nomes que serão apreciados pelo governador Mário Covas para a escolha do futuro reitor da USP. A Adusp realizou consulta nos dias 20 e 21 de outubro e o preferido dos docentes é o professor Erney F. Plessmann de Camargo (*foto à esquerda*). Jacques Marcovitch e Myriam Krasilchick ficaram em segundo e terceiro lugares, respectivamente. No “colegião”, eleição estatutária da USP, Myriam ficou em primeiro lugar, Erney em segundo, e Marcovitch em terceiro. Nesta última fase, chamada de “coleginho”, votam apenas 265 pessoas. Preocupada com que o processo sucessório não ficasse restrito ao círculo de poder da universidade, a diretoria da Adusp desenvolveu, desde o final do ano passado, uma série de atividades com o propósito de ampliar o debate sobre a sucessão. A entidade defende, ainda, que seja respeitado o resultado da consulta democrática realizada junto aos docentes.

Páginas 2, 3 e 6.

Aposentadoria será privatizada nas universidades

O governo do estado de São Paulo vai implantar, até o final de 1998, um sistema de previdência privada para os servidores públicos, inclusive docentes e funcionários das universidades estaduais paulistas. O projeto está sendo desenvolvido pela Secretaria da Administração, que investirá R\$ 2,5 milhões em estudos e implantação do sistema. O novo modelo assemelha-se ao praticado nos EUA e Chile. O trabalhador vai receber de aposentadoria o que

conseguir “comprar” durante o período de capitalização. Atualmente, segundo o coordenador da Codage, Hélio Nogueira da Cruz, a USP tem um total de 19.400 ativos para 5.100 inativos. Segundo ele, “a princípio a universidade está interessada”. Tudo depende, no entanto, dos estudos que serão realizados pelo consórcio liderado pela empresa espanhola Vera Cruz, vencedora da licitação.

Páginas 4 e 5.

Erney é o 1º na consulta Adusp

Myriam vence no “colegião”

Fotos: Daniel Garcia

No dia 23 de outubro pela manhã a Adusp divulgou, através de Boletim extra, o resultado da consulta realizada junto aos professores nos dias 20 e 21, com o propósito de conhecer a preferência da categoria em relação aos reitoráveis. Dos seis candidatos assumidos, o professor Erney F. Plessmann de Camargo foi o vencedor, com 493 votos. Jacques Marcovitch ficou em segundo lugar, com 178 votos, seguido pela vice-reitora Myriam Krasilchick, 169. Adolpho José Melfi, Gil da Costa Marques e Carlos Alberto Dantas tiveram, respectivamente, a seguinte votação: 81, 79 e 69 votos.

Os professores se posicionaram também em relação à forma de escolha do reitor. Dos cerca de 1.300 votantes, 864 (67%) entendem que ela deve ser alterada e outros 284 (22%) manifestaram-se favoráveis à manutenção do atual modelo. Neste item foram registrados 128 votos em

branco (10%) e 13 nulos (1%). Há quatro anos a Adusp fez um plebiscito sobre eleições diretas para reitor e naquela ocasião, de um total de 1.467 votantes, 1.082 (73,76%) manifestaram-se favoráveis à inscrição de todos os candidatos em eleição direta. Ainda naquele plebiscito 1.061 (72,32%) docentes votaram favoráveis a que o Conselho Universitário e o governador respeitassem o resultado das eleições diretas.

“Colegião”- Na noite de 23 de outubro, foram divulgados os resultados da eleição oficial da USP, realizada em primeiro turno naquela tarde. A atual vice-reitora, Myriam Krasilchick, obteve 469 votos e os professores Erney F. Plessmann de Camargo, 440; Jacques Marcovitch, 419; Gil da Costa Marques, 314; Carlos Alberto Dantas, 272 e Adolpho José Melfi, 271. Em 7º e 8º lugares vieram Walter Colli, com 20 votos, e Joaquim de Camargo Engler, 14 votos.



Professores da Matemática (acima) e da FAU (ao lado) votam na consulta realizada pela Adusp

A soma dos votos não dá o total de votantes, porque cada eleitor podia indicar três nomes. Das 1.396 pessoas com condições de votar no “colegião”, 1.166 comparecem às urnas e 230 estiveram ausentes (16,5%).

O segundo turno das eleições, o chamado “coleginho”, ocorre no dia 6 de novembro. Dele participam os

membros do Conselho Universitário e dos Conselhos Centrais (265 pessoas) que indicam uma lista triplíce. A última etapa, que ocorre até o final de novembro, é a indicação de um dos três nomes pelo governador Mario Covas.

Veja o resultado completo da consulta Adusp na página 6.

Fava critica consulta

Na manhã de 23 de outubro, dia da votação no “colegião”, em entrevista na rádio USP, o reitor Fava de Moraes disse que o “plebiscito” realizado pela Adusp era medíocre porque tinha sido feito de uma forma absolutamente desvinculada das regras da votação estatutária. Para ele, o fato de a consulta abrir espaço para a indicação de apenas um nome na cédula, quando o “colegião” permite a indicação de três professores, tirava a liberdade do eleitor.

Ainda segundo ele, o fato de 1.300 docentes terem votado demonstrava o fracasso da iniciativa. E mais, acusou a Adusp de ter se posicionado e interferido no resultado final da consulta. Disse o reitor da USP que nas unidades onde atuam os diretores da entidade houve uma participação mais significativa e conseguiu-se, desta forma, fazer proselitismo e desenvolver um resultado parcial do “plebiscito”. Fava acusou, ainda, a Adusp de ter se posicionado em favor de uma das candidaturas, mas não citou o nome do candidato que estaria sendo beneficiado pela direção da entidade.

Reitor perde a compostura

O presidente da Adusp, Jair Borin, participou do *USP Notícias*, segunda-feira, dia 27 de outubro, e afirmou que o reitor Flávio Fava de Moraes perdeu a compostura na crítica à consulta realizada pela Adusp. Segundo Borin, o reitor não aceita o debate e tenta desqualificar uma consulta onde o comparecimento dos docentes foi maior do que o do “colegião”. Borin observou que a consulta da Adusp foi realizada de forma livre e democrática, ao contrário do “colegião”, onde o voto em até três nomes não possibilita a clara expressão da preferência do eleitor.

Segundo Borin, a atual administração se isolou, transformou o *Jornal da USP* num boletim oficial e apresentou queixa-crime ao Ministério Público contra o ex-presidente da Adusp porque a entidade denunciou o rompimento de compromisso pelo reitor. Borin disse ainda que se o reitor tivesse o hábito de leitura, teria visto nos Informativos e na Revista que a entidade vem debatendo democraticamente a sucessão reitoral há, pelo menos, quatro meses.

Renasce o debate sobre o papel da Reitoria

Adusp avaliza a escolha democrática

Após oito anos sem que fossem criadas condições para o debate amplo e democrático sobre o papel da Reitoria na universidade pública, fez-se um pouco de luz no final do túnel. Seus candidatos emergiram de um quadro pouco sensível aos embates democráticos e aceitaram o desafio de discutir com docentes, funcionários e alunos suas idéias e propostas para a próxima gestão da USP.

Preocupada para que, mais uma vez, a sucessão não ficasse restrita aos círculos do poder da universidade, a Associação dos Docentes procurou polarizar a discussão, lançando, no final de 1996, o documento "Para começar a pensar na sucessão do reitor".

Dando seqüência a essas preocupações, ainda no primeiro semestre deste ano, foram promovidos dois debates por iniciativa da Adusp: o primeiro sobre as condições de trabalho e de avaliação docente; o segundo sobre recursos e problemas orçamentários que se colocarão para a nova gestão da Universidade.

Reitoráveis

Todas essas iniciativas foram dinamizadas, no segundo semestre do ano, com o comprometimento dos professores, que se sentiam na condição de reitoráveis, com o processo de perguntas e respostas conduzidos pelo Boletim Informativo da Adusp.

Os candidatos a reitor assumiram suas candidaturas e passaram a responder às principais preocupações da categoria docente e o interesse pela leitura dos boletins deu-se numa escala sem precedentes.



Daniel Garcia

A direção da Adusp manteve-se equidistante de qualquer apoio a um candidato favorecendo à discussão do processo e dos problemas que afloravam nas discussões.

A consulta, realizada nos dias 20 e 21 de outubro, foi marcante no processo de retomada da discussão democrática dos destinos da universidade. Votaram 1.305 docentes, em urnas instaladas na maioria das unidades da USP, sem nenhum tipo de pressão. Este contingente de votantes foi 30% maior do que o número de docentes que votaram no chamado "colegião", previsto no Estatuto, mas que submete a maior universidade da América do Sul a um sistema dos mais restritivos na escolha de seu reitor. Os professores da USP não só elegeram livremente o candidato de sua preferência como, ainda, condenaram o atual

sistema de escolha do reitor, aprovando a sua substituição por um processo mais democrático.

Só depois de confirmada a preferência dos docentes por um dos candidatos é que a Adusp passou a apoiar a sua indicação para o cargo de reitor, em respeito à votação alcançada por ele no pleito.

A Adusp espera que o colégio restrito, composto pelo Conselho Universitário e pelos Conselhos Centrais, que no próximo dia 6 elegerá a lista tríplice a ser encaminhada ao governador do Estado, para a indicação do nome do futuro reitor, respeite os resultados da consulta dos docentes realizada nos dias 20 e 21.

Mudar para vencer

A USP precisa mudar para vencer os desafios do terceiro milênio. A socie-

dade não quer coexistir com dirigentes que falam em democracia enquanto praticam o autoritarismo em seus atos e em suas decisões.

Toda denúncia de mazelas, na atual gestão da reitoria, foram tratadas como caso de polícia.

A terceirização de serviços na universidade levou ao desrespeito dos mais elementares direitos dos trabalhadores contratados por empresas nem sempre idôneas. Quando o Jornal do Campus, o Sintusp ou a Adusp acompanharam de perto as reclamações desses trabalhadores, foram simplesmente enquadrados em inquéritos que visavam atemorizar os seus dirigentes. Da mesma forma, a denúncia irônica do não cumprimento da palavra dada, levou o reitor a processar, por meio do Ministério Público, o ex-presidente da Adusp, Prof. Dr. Marco Brinati.

O Jornal da USP, que deveria se pautar em princípios de competência, objetividade e relevância social ao editar suas matérias, converteu-se no Boletim Oficial da reitoria, só abrindo espaços para amenidades ou para entrevistas laudatórias.

A grave questão dos contratos precários de docentes, que atinge quase 40% dos professores da USP, não foi abordada em nenhuma instância e ficará para a próxima gestão. Da mesma forma, caberá ao futuro reitor equacionar os problemas decorrentes do achatamento salarial, do desestímulo que afeta a maioria dos docentes e da provisão de recursos indispensáveis ao processo de qualificação do ensino e da pesquisa.



Governo do Estado vai privatizar

A Secretaria da Administração do Estado de São Paulo está meses, o sistema de previdência privada para todos os funcionários EUA e Chile. O trabalhador vai receber de aposentadoria

Acompanhando a onda de enxugamento das funções do Estado e incentivo à criação de poupança interna (principais linhas políticas do governo FHC), o governo do Estado de São Paulo vai implantar, até o final de 98, um sistema de previdência por capitalização para os servidores públicos do Estado, membros dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, do Ministério Público, incluindo suas Autarquias, Fundações e Universidades.

O projeto está sendo desenvolvido pela Secretaria da Administração que realizou uma concorrência internacional para a escolha de uma empresa com a função de estudar, apresentar hipóteses e, posteriormente, implementar o novo sistema de previdência.

O vencedor da licitação foi o consórcio liderado pela empresa espanhola Vera Cruz. O contrato foi firmado em R\$ 2,5 milhões. Neste novo sistema serão criados Fundos de Capitalização para os quais o trabalhador, no caso funcionário público, contribuirá compulsoriamente com uma porcentagem do seu salário. Pensa-se em um Fundo por categoria: professores, membros do Executivo etc.

O sistema de previdência por capitalização já é aplicado em vários países, a exemplo dos EUA e Chile. As contribuições acumulam-se no fundo até o momento da aposentadoria. Só a partir de então, o trabalhador passa a retirar mensalmente uma certa quantia de dinheiro, como se fosse uma aposentadoria normal. A diferença, segundo Otaviano Helene, ex-presidente da Adusp, é

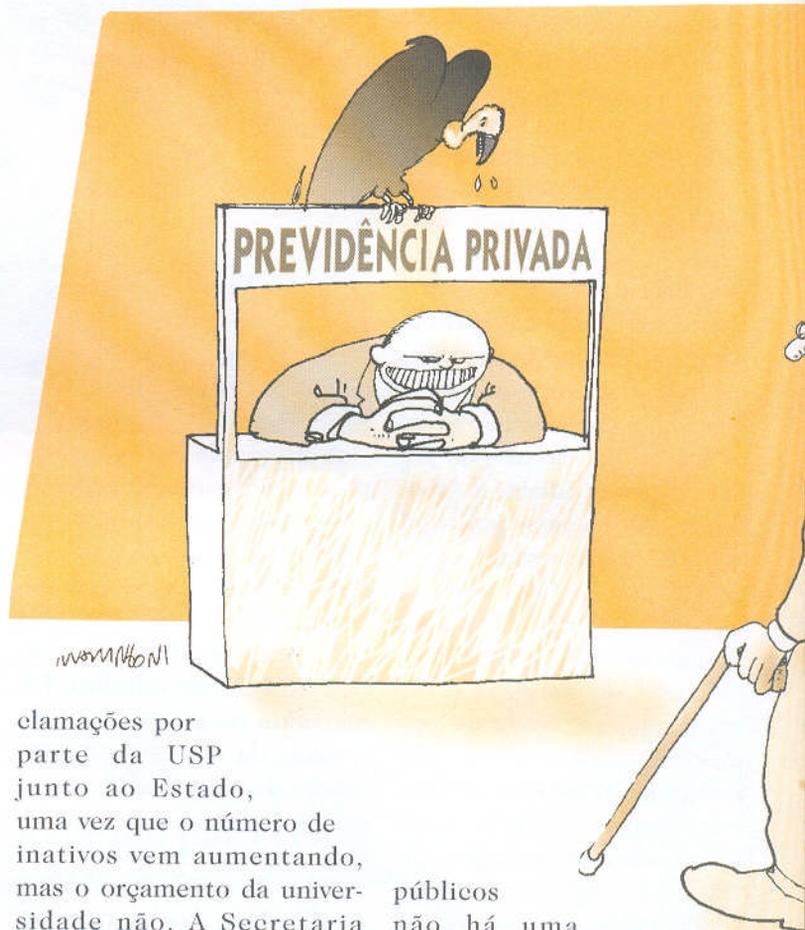
que o trabalhador passa a receber o que pode pagar e não o que merece. Neste tipo de sistema previdenciário não se levam em conta fatores como tempo de serviço, periculosidade da função e outras especificidades previstas no atual sistema.

No sistema por capitalização o recebimento da aposentadoria é totalmente proporcional à contribuição: no caso brasileiro, o empregado entrará com uma porcentagem (por exemplo 8% do salário) e o empregador (neste caso o Estado) entrará com a outra parte que, dependendo de cálculos atuariais, também será do mesmo valor, ou seja, outros 8%.

Universidades

Como ficará a situação das universidades ainda é uma incógnita. Tudo depende, agora, do resultado dos estudos que estão sendo realizados pela empresa Vera Cruz. Contudo, diz o secretário da Administração, Fernando Carmona, é possível que se crie um fundo específico para cada universidade, dependendo de acertos da USP, Unicamp e Unesp com o governo do Estado.

Atualmente, segundo Hélio Nogueira da Cruz, coordenador da Codage, a USP tem um total de 19.400 ativos para 5.100 inativos, incluindo funcionários e professores. Os gastos com ativos representam R\$ 39,6 milhões/mês, enquanto a folha dos aposentados é da ordem de R\$ 14,7 milhões/mês. Contudo, as aposentadorias dos funcionários da USP são pagas inteiramente pelo orçamento da universidade. Este fato tem sido fonte de re-



clamações por parte da USP junto ao Estado, uma vez que o número de inativos vem aumentando, mas o orçamento da universidade não. A Secretaria acredita que a proposta de criação de fundos com a contribuição dos funcionários irá atender estas necessidades. Hélio Nogueira da Cruz afirma que tudo dependerá dos resultados dos estudos da Vera Cruz e não arrisca fazer previsões. "A princípio a universidade está interessada", diz ele.

Atual sistema de Previdência

O sistema vigente de previdência é o chamado "sistema por repartição simples" ou "social". Os trabalhadores em atividade (ativos) financiam os aposentados (inativos) de hoje, na expectativa de que, no futuro, outra geração de trabalhadores financie as suas aposentadorias. No caso dos servidores

públicos não há uma porcentagem de contribuição especificamente destinada ao financiamento das aposentadorias. Atualmente um servidor paga o Imposto de Renda (15% a 25% do salário), o IAMSPE, correspondente ao sistema de saúde (2%), e o IPESP, relativo aos fundos de pensão (6%).

Os argumentos do governo contra o atual sistema são: 1) como o número de aposentados no setor público cresce ano a ano e o de ativos decresce, previsões mostram que, daqui há 10 anos, a folha de pagamento dos inativos será maior do que a dos ativos e 2) o servidor, atualmente, não contribui para o pagamento da sua aposentadoria, ficando tudo a cargo do Estado. Segundo o Secretário da Administra-

Aposentadorias nas universidades

Investindo R\$ 2,5 milhões em estudos para implantar, em 13 funcionários públicos. O novo modelo assemelha-se ao praticado que conseguiu "comprar" durante o período de capitalização.



do dia 15/09/97, afirma que a história da Previdência no Brasil é de desvio de verbas, desde financiamento de obras públicas, até sistemas de saúde.

Para Otaviano Helene, ainda existem dois outros grandes problemas: 1) a sonegação, que representa uma perda de receita da ordem de R\$ 7 bilhões por ano aos cofres da Previdência, e 2) o mercado informal. Segundo cartilha da Adusp, publicada no ano passado e intitulada "Em defesa da Previdência Social Solidária", o mercado informal está abrigando 29 milhões de pessoas que não contribuem para a Previdência Social.

No caso mais específico das aposentadorias pagas aos funcionários públicos do Estado de São Paulo, Otaviano

Helene ressalta que, inicialmente, o IPESP cuidava do pagamento dos inativos, função que perdeu por acreditar não haver verba suficiente para custear Fundos de Pensão e Previdência. Mas, ainda segundo ele, não há um problema financeiro, basta fazer uma conta simples de quanto cada funcionário público contribui para o IPESP, pelo tempo de contribuição e se chegará a um valor muito significativo. "O que geralmente não é citado pelo governo é que o Imposto de Renda pode ajudar no pagamento das aposentadorias", diz Helene. Na Dinamarca esta contribuição do governo chega a 77% do total gasto com Previdência.

O crescimento dos Fundos

Além de se afastar da responsabilidade previdenciária, uma outra vantagem para o

Governo a partir da criação do sistema de Previdência por capitalização, concentra-se na formação de poupança interna. O dinheiro que fica depositado nos fundos não pode ser mexido a curto prazo; logo, serve de lastro para a economia, um dos objetivos da proposta de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Segundo o ministro da Previdência Social, Reinhold Stephanes, o governo está estudando a possibilidade de isentar do Imposto de Renda os rendimentos obtidos com aplicações em fundos de previdência complementar. Estudos da Sul América Seguros sobre dados do IBGE mostram que, se hoje uma reforma previdenciária garantisse a todo trabalhador uma aposentadoria equivalente a um salário mínimo, deixando todo o complemento por conta de instituições de previdência privada, os fundos de pensão formados para atender apenas à popu-

lação das seis principais regiões metropolitanas do país acumulariam, nos próximos 20 anos, um patrimônio de R\$ 191,8 bilhões.

Em matéria publicada na Veja, primeira semana de outubro deste ano, técnicos do governo estimam que o número de fundos de pensão atualmente existentes no país passará de 350 para 10.000 no ano 2010. E seu patrimônio que é de R\$ 80 bilhões subirá para R\$ 500 bilhões. Estes fundos seriam pagos à parte da contribuição dada ao Estado, como uma complementação da aposentadoria: quem pretende receber uma aposentadoria maior, paga um ou mais fundos deste tipo. No caso dos servidores públicos, nem haverá mais este mínimo a ser pago para o Estado, pois, apesar da contribuição ser compulsória, ela já estará sendo administrada por uma empresa privada no fundo que o servidor escolher.

A empresa contratada

Em maio deste ano foi aberta uma concorrência internacional para a escolha da empresa que realizaria os estudos e implementação do novo sistema de previdência. A vencedora foi a empresa espanhola Vera Cruz, associada a outras seis instituições: Banco do Nordeste, BMG, Probus Suporte Empresarial, Atual Consultoria Atuarial, Cazesali Advogados Associados e Fumdesc. Além destas, foi contratada, pela própria Secretaria, a Fundap (Fundação de Desenvolvimento Administrativo). O grupo vencedor terá cinco meses (primeira fase), a partir da assinatura do contrato, —provavelmente ainda neste mês de outubro, para pesquisar o assunto e elaborar três propostas a serem aprovadas pelo Executivo. Em seguida, na segunda fase, terá mais oito meses para implementar o novo sistema. Segundo o secretário de Estado Fernando Gomes Carmona ainda não se tem detalhes sobre o período de transição, quantidade de contribuição e número de fundos a serem criados. "Estes são itens que dependem do estudo", diz ele.

ção do Estado de São Paulo, Fernando Gomes Carmona, estas são as principais causas da falência da Previdência.

Contudo, por trás dos R\$ 1,5 bilhão de déficit na Previdência este ano, discute-se a competência na administração das verbas arrecadadas. Waldir Pires, ex-governador da Bahia e ex-ministro da Previdência indicado por Tancredo Neves, afirma, em entrevista à Revista Adusp, que a Previdência não está falida. "Já ocupei este cargo e posso dar meu testemunho", diz o ex-ministro.

Marcelo Estevão de Moraes, secretário de Previdência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), em artigo publicado no Jornal do Brasil

Resultado final da consulta Adusp

1. Você acha que a atual forma de eleição do reitor deveria:

| | Mantida | Alterada | Branco | Nulos | Total |
|--------------|---------------|---------------|--------------|--------------|-------------|
| Sede | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Biociências | 9 | 9 | 1 | 0 | 19 |
| Direito | 5 | 8 | 2 | 0 | 15 |
| ECA | 6 | 20 | 8 | 1 | 35 |
| Ed.Física | 1 | 8 | 0 | 0 | 9 |
| Educação | 1 | 15 | 4 | 0 | 20 |
| EERP | 3 | 32 | 2 | 0 | 37 |
| EESC | 10 | 47 | 6 | 4 | 67 |
| Enfermagem | 10 | 34 | 3 | 0 | 47 |
| ESALQ | 18 | 23 | 6 | 0 | 47 |
| Farmácia | 7 | 31 | 3 | 3 | 44 |
| FAU | 4 | 38 | 6 | 0 | 48 |
| FCFRP | 2 | 28 | 5 | 0 | 35 |
| FEA | 9 | 11 | 2 | 0 | 22 |
| FFCLRP | 13 | 40 | 3 | 0 | 56 |
| FFLCH | 19 | 104 | 14 | 0 | 137 |
| Física | 17 | 56 | 11 | 0 | 84 |
| FMRP | 11 | 15 | 10 | 3 | 39 |
| FOB | 3 | 19 | 2 | 0 | 24 |
| FORP | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| FZEA | 3 | 19 | 1 | 0 | 23 |
| Geociências | 3 | 8 | 5 | 1 | 17 |
| IAG | 8 | 14 | 0 | 0 | 22 |
| ICB | 21 | 31 | 3 | 0 | 55 |
| ICMSC | 9 | 9 | 3 | 0 | 21 |
| IEB | 1 | 4 | 0 | 0 | 5 |
| IEE | 3 | 3 | 0 | 0 | 6 |
| IFSC | 1 | 3 | 2 | 0 | 6 |
| IME | 11 | 62 | 9 | 0 | 82 |
| IO | 1 | 11 | 1 | 0 | 13 |
| IQSC | 5 | 3 | 1 | 0 | 9 |
| MPeMZ | 4 | 2 | 1 | 0 | 7 |
| MAC | 0 | 3 | 0 | 0 | 3 |
| Medicina | 0 | 12 | 1 | 0 | 13 |
| Odonto | 3 | 2 | 0 | 0 | 5 |
| Poli | 38 | 59 | 5 | 0 | 102 |
| Psico | 3 | 24 | 2 | 0 | 29 |
| Química | 7 | 18 | 4 | 0 | 29 |
| SaúdePública | 13 | 34 | 1 | 1 | 49 |
| Veterinária | 1 | 4 | 1 | 0 | 6 |
| Total | 284 | 864 | 128 | 13 | 1289 |
| % | 22,03% | 67,03% | 9,93% | 1,01% | 100% |

2. Indique seu nome preferido para reitor:

| | Melfi | Dantas | Erney | Gil | Marcovitch | Myriam | Outros | Branco | Nulos | Total |
|--------------|-------------|-------------|--------------|-------------|--------------|--------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Sede | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Biociências | 0 | 1 | 2 | 1 | 0 | 14 | 0 | 1 | 0 | 19 |
| Direito | 1 | 0 | 3 | 6 | 0 | 2 | 0 | 1 | 2 | 15 |
| ECA | 0 | 4 | 5 | 13 | 4 | 2 | 0 | 6 | 1 | 35 |
| Ed.Física | 0 | 1 | 3 | 0 | 1 | 2 | 1 | 1 | 0 | 9 |
| Educação | 0 | 0 | 7 | 0 | 3 | 9 | 0 | 1 | 0 | 20 |
| EERP | 2 | 2 | 9 | 1 | 7 | 9 | 0 | 2 | 5 | 37 |
| EESC | 3 | 6 | 16 | 3 | 11 | 3 | 1 | 10 | 14 | 67 |
| Enfermagem | 0 | 3 | 9 | 0 | 0 | 26 | 1 | 3 | 5 | 47 |
| ESALQ | 8 | 2 | 15 | 3 | 9 | 9 | 1 | 0 | 0 | 47 |
| Farmácia | 0 | 3 | 17 | 1 | 7 | 0 | 0 | 11 | 5 | 44 |
| FAU | 1 | 1 | 19 | 1 | 17 | 1 | 0 | 4 | 4 | 48 |
| FCFRP | 19 | 1 | 6 | 0 | 2 | 4 | 0 | 3 | 0 | 35 |
| FEA | 1 | 0 | 5 | 3 | 10 | 1 | 1 | 1 | 0 | 22 |
| FFCLRP | 7 | 2 | 35 | 0 | 1 | 4 | 0 | 4 | 3 | 56 |
| FFLCH | 5 | 4 | 80 | 8 | 13 | 8 | 0 | 11 | 8 | 137 |
| Física | 2 | 1 | 48 | 16 | 7 | 1 | 0 | 2 | 7 | 84 |
| FMRP | 2 | 3 | 15 | 5 | 5 | 4 | 1 | 0 | 4 | 39 |
| FOB | 2 | 2 | 4 | 1 | 7 | 5 | 0 | 1 | 2 | 24 |
| FORP | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| FZEA | 1 | 2 | 6 | 1 | 5 | 1 | 0 | 6 | 1 | 23 |
| Geociências | 5 | 0 | 3 | 1 | 1 | 1 | 1 | 3 | 2 | 17 |
| IAG | 7 | 1 | 6 | 1 | 4 | 1 | 0 | 1 | 1 | 22 |
| ICB | 0 | 7 | 33 | 1 | 3 | 9 | 0 | 0 | 2 | 55 |
| ICMSC | 0 | 1 | 10 | 1 | 3 | 2 | 0 | 2 | 2 | 21 |
| IEB | 0 | 0 | 2 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 |
| IEE | 0 | 0 | 3 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 1 | 6 |
| IFSC | 0 | 0 | 4 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 6 |
| IME | 0 | 10 | 50 | 4 | 3 | 1 | 0 | 12 | 2 | 82 |
| IO | 0 | 0 | 8 | 0 | 3 | 1 | 1 | 0 | 0 | 13 |
| IQSC | 1 | 0 | 1 | 1 | 3 | 1 | 0 | 1 | 1 | 9 |
| MPeMZ | 0 | 0 | 2 | 0 | 4 | 1 | 0 | 0 | 0 | 7 |
| MAC | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 1 | 0 | 3 |
| Medicina | 0 | 0 | 3 | 1 | 5 | 3 | 1 | 0 | 0 | 13 |
| Odonto | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 5 |
| Poli | 6 | 5 | 26 | 4 | 25 | 9 | 6 | 15 | 6 | 102 |
| Psico | 2 | 0 | 21 | 0 | 4 | 1 | 0 | 0 | 1 | 29 |
| Química | 1 | 1 | 14 | 1 | 1 | 8 | 0 | 2 | 1 | 29 |
| SaúdePública | 5 | 4 | 8 | 3 | 2 | 22 | 0 | 2 | 3 | 49 |
| Veterinária | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 1 | 1 | 0 | 6 |
| Total | 81 | 69 | 498 | 81 | 182 | 170 | 16 | 108 | 84 | 1289 |
| % | 6,3% | 5,4% | 38,6% | 6,3% | 14,1% | 13,2% | 1,2% | 8,4% | 6,5% | 100% |

“Não temos um tema comum que reúna os professores”

José Coelho Sobrinho, professor do Departamento de Jornalismo da Escola de Comunicações e Artes (ECA) e membro do Conselho de Representantes da Adusp, fala da segmentação em departamentos na sua unidade, do perfil dos professores e da falta de um objetivo comum a todos os docentes.

Apesar de ter tomado posse há pouco tempo, o que você espera do cargo de conselheiro da Adusp?

Coelho - Este cargo é de representação das idéias de cada Escola dentro da Adusp. Eu vejo que está havendo um certo afastamento do corpo docente em relação ao sindicato. Nós conselheiros precisamos fazer algo para que a Adusp se torne mais presente na vida dos professores.

Em entrevistas com outros conselheiros, o tema da falta de interesse em assuntos políticos tem sido frequente. Este é um fenômeno geral?

Coelho - Eu integro a Adusp desde o seu início, quando ela ainda era Associação e não tinha finalidade sindical. Nessa época, a participação era maior porque nós tínhamos um inimigo comum, que era a ditadura; nós tínhamos um interesse comum, que era o salário; nós tínhamos uma luta comum, que era a democratização do acesso ao RDIDP. Hoje, não há mais o inimigo comum. Quanto ao tempo integral, temos cerca de 70% neste regime: os docentes que realmente quiseram, conseguiram entrar neste sistema. Não existe um problema maior, tirando o salário, que una os professores.

Qual o perfil do professor da ECA? Ele se preocupa com a política interna da Universidade?

Coelho - Politicamente os professores da ECA são en-

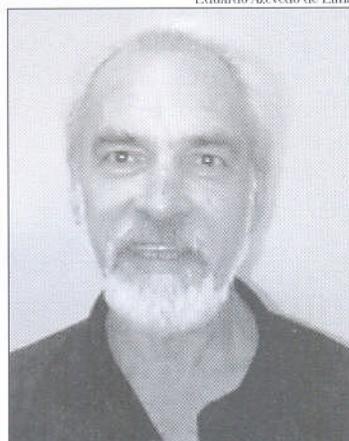
gajados, mas não estão engajados na política universitária. Dá para perceber, por exemplo, que nestas reuniões que tivemos com os candidatos a reitor, tivemos uma presença muito pequena de docentes: 20, 30 professores no máximo para uma escola com mais de 200. Sem dúvida uma participação que deixa a desejar.

Quais são os problemas específicos da ECA?

Coelho - A ECA tem um problema desde o seu nascimento. Ela nasceu na época da ditadura e foi construída de uma forma que o governo imaginava poder inibir a manifestação política: ela foi segmentada, tanto geograficamente como administrativamente. Então, como os professores estão distantes, poucos se encontram. Sempre foi difícil uni-los em torno de um objetivo comum, e esta é a política praticada ainda hoje: se estamos separados geograficamente, estamos separados por objetivos diferentes.

A ECA não constitui uma escola. Nós não podemos falar em apenas um corpo docente, porque temos vários corpos docentes. E cada um tem um interesse diferente, muito feudalizado. E as pessoas estão convivendo sempre com aquele pequeno grupo de docentes, aquele pequeno grupo de colegas e a vida deles na ECA é só aquele pequeno grupo do seu respectivo Departamento.

Edmarlo Azevedo de Lima



José Coelho Sobrinho

Você tem projetos para unir mais os professores, para quebrar esta barreira da própria estrutura da ECA?

Coelho - Em outras vezes que já ocupei este cargo, eu costumava fazer uma ata das reuniões do Conselho e pregar na sala de professor dos departamentos. Mas na época eu tinha mais tempo, a dedicação à pesquisa e docência era menor. Hoje em dia, fala-se em Internet, mas sabemos que nem todos os professores tem acesso a ela. É preciso pensar mais no assunto.

Como você avalia a atual disputa para a sucessão do reitor?

Coelho - Eu acho que a sucessão para reitor está tão morna como foram os debates gerais e os debates particulares aqui na ECA. Parece-me que faltam lideranças aqui na universidade. Está uma sucessão muito amorfa, sem o brilho que deveria ter uma eleição para reitor da Universidade de São Paulo, pela importância do cargo.

Mazelas da Imprensa

A Adufrgs (Associação dos Docentes Universitários da Federal do Rio Grande do Sul) e a Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Ufrgs promoveram, dia 10 de outubro, o seminário “Imprensa reitora da sociedade? – a ética da informação na sociedade democrática em debate.” Quem esperava uma retórica elogiosa ao jornalismo teve uma surpresa: os palestrantes Christa Berger, Luiz Milman, Sérgio Jockymann e Jair Borin não pouparam críticas à imprensa brasileira.

Para Christa Berger, professora de comunicação da Ufrgs, a imprensa costuma criar “factóides”, falsas notícias, com o propósito de defender interesses particulares. Sérgio Jockymann afirmou que a preocupação em informar é deixada de lado em relação ao princípio mais importante: os preceitos econômicos: “A ética é a do mercado, quem paga tem direito”.

A proteção estatal à imprensa também foi alvo de discussão: os jornais brasileiros não pagam ICMS, IPI ou CPMF. Além disso, segundo os debatedores, eles custam, em média, o dobro do New York Times, o mais influente jornal do mundo (que paga impostos). Até sobre o papel importado para a impressão dos jornais e revistas não há cobrança de nenhuma taxa.

Jair Borin, presidente da Adusp, levanta outros problemas, como a “editorialização da notícia”. Ou seja, as reportagens ditas “fatuais” andam recheadas de opiniões das empresas jornalísticas. Segundo Luiz Milman, além de interesses econômicos, a natureza dos problemas de quem faz jornalismo é cultural.

Polêmica em concurso de titular no IME

Nos dias 6 e 7 de outubro, uma mesma banca julgou dois concursos para professor titular do Instituto de Matemática e Estatística (IME). Cada concurso tinha um candidato e uma vaga. A banca reprovou um dos candidatos. A polêmica surge quando a banca aprova um deles, mas altera os critérios de julgamento para reprovar o outro. A comparação dos memoriais dos dois candidatos indica claramente a injustiça da reprovação. As

razões de tal atitude da banca ainda não estão completamente esclarecidas. Um abaixo-assinado com dezenas de assinaturas pede a Congregação para reparar a injustiça cometida.

A Congregação do Instituto de Matemática e Estatística, que deveria se manifestar sobre o recurso interposto pelo candidato reprovado, reuniu-se dia 28 de outubro. Até o fechamento desta edição, não tínhamos conhecimento da deliberação da Congregação.

O trigésimo aniversário da morte de Che Guevara

Alunos, professores e funcionários da USP discutiram, no último dia 10 de outubro, o significado dos 30 anos da morte do combatente argentino, Ernesto Che Guevara. O evento, realizado pela Adusp, Sintusp, DCE e Instituto Mário Alves, reuniu mais de duzentas pessoas, lotando o Anfiteatro de História. Compondo a mesa estavam Jair Borin (presidente da Adusp), Osvaldo Coggiola (professor da História e diretor da Adusp), Magno Carvalho (diretor do Sintusp), Aparecido Dias de Lima (Instituto Mário Alves) e Alexandre Muscalu (diretor do DCE).

Em meio às faixas "abaixo o imperialismo", "Che Guevara vive" e "fim do Bloqueio à Cuba", foram feitos discursos inflamados em torno de questões polêmicas, como o reflexo da Revolução Cubana no Brasil, a mitificação de Che e a relação dele com Fidel Castro.

Segundo Jair Borin, "a violência contra-revolucionária não desapareceu, mesmo num sistema dito democrático. Basta ver os massacres de Rondônia." Para Osvaldo

Coggiola, "Che Guevara não é um mito. É uma pessoa como nós. E o que ele fez, nós também podemos fazer... e esta era a mensagem dele."

Após os discursos dos palestrantes, houve a participação da platéia – composta também por um grupo de estudantes cubanos – através de perguntas e colocações, em sua maioria traçando um paralelo da visão revolucionária de Che Guevara com a atual conjuntura brasileira.

Che Vive

O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior está lançando o livreto "Che Guevara Vive", em homenagem aos trinta anos da morte do combatente político argentino. A obra traz um resumo biográfico de Che, as principais idéias dele, homenagens que recebeu e a influência que sua memória deixou e ainda deixa sobre o mundo. O livreto está disponível por R\$ 2,00 na Adusp.

Fórum defende na AL mais verbas para as universidades

Daniel Garcia



O Fórum das Seis encaminhou emendas à Lei Orçamentária (através de deputados do PT e PCdoB) visando aumentar as verbas das universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza para o próximo ano. A lei deverá ser votada até dezembro pela Assembleia Legislativa de São Paulo (AL).

Para apresentar as emendas o Fórum calculou, em reais, quanto deveria ser o repasse às universidades em três situações: 10,7%, 11% e 11,6%. Como a previsão de receita para as universidades (USP, Unesp e Unicamp) é de R\$ 1.665.621.695,00 em 98 (9,57% do ICMS), as emendas apresentam os seguintes dados de acréscimo:

- Aumentando de 9,57% para 10,7% do ICMS, o que significa R\$ 87.023.007,00 a mais para as universidades;
- Aumentando de 9,57% para 11% do ICMS, o que representa R\$ 248.886.000,00 a mais e,
- Aumentando de 9,57% para 11,6%. Esta mudança acresce R\$ 353.313.693 a mais nos orçamentos da três universidade.

Para o Centro Paula Souza, o pedido é que sejam complementadas as verbas já previstas para 98 até o percentual de 2,1% reivindicado na Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada em 1º de julho deste ano.

Adusp

Diretoria:

Jair Borin, Osvaldo Coggiola,
Marcos N. Magalhães,
Iraci Palheta, Ildo Luís Sauer,
Líghia B. Horodynski-Matsushigüe,
José Moura Gonçalves Filho,
Paulo Y. Kagayama,
Antonio César Fagundes,
Jairo Kenupp Bastos, Ires Dias.

Adusp-S.Sind.: Av. Prof. Luciano
Gualberto, trav. J, nº 374
Cidade Universitária - São Paulo - SP
CEP 05508-900
Tel: (011) 813-5573
Fax: (011) 814-1715
e-mail: aduspsp@org.usp.br

Editor:

Marcos Luiz Cripa vd
Assistente de redação:
Eduardo Lima
Projeto Gráfico:
Argeu Godoy
Edição de arte e diagramação:
Luís Ricardo Câmara
Secretaria: Alexandra Carillo e
Aparecida de Fátima dos Reis Paiva
Distribuição: Marcelo Chaves
e Walter dos Anjos

Tiragem: 6.000 exemplares
Periodicidade: mensal
Filmes: Bureau Bandeirante
Impressão: Gráfica Poolprint